

# 5º Exame de Ordem - 2ª fase - 1997

## Direito Penal

1. Sérgio Monja é denunciado pelo delito de homicídio culposo, tendo em vista a morte de Jorge da Silva, operário da empresa "Aço Internacional", que faleceu em decorrência as lesões provenientes da explosão de uma caldeira.

O Promotor de Justiça, na denúncia, não descreve a conduta delituosa de Sérgio, afirmando, somente, ser ele penalmente responsável, já que à época dos fatos era um dos dirigentes da referida empresa.

O Juiz, não obstante o acima exposto, recebe a denúncia, designando desde logo data para interrogatório do acusado.

Após sua citação, Sérgio contrata seus serviços profissionais a fim de que seja patrocinada sua defesa no processo em questão.

Redija a peça processual adequada aos fatos acima descritos, em sendo você advogado do denunciado.

Advogado: Rogério Mendes

2. Paulo Monte Branco, diretor presidente da empresa PMB - Representações, não tendo como suportar as despesas provenientes de dificuldades financeiras, face a crise no setor, opta por descontar o percentual referente às contribuições previdenciárias dos empregados, sem contudo repassar a referida quantia ao INSS, para ter meios de arcar com o pagamento dos salários.

Qual o crime praticado por Paulo? Justifique.

3. Joana é expulsa da casa dos pais, quando foi flagrada no momento em que mantinha relações sexuais com seu namorado Ricardo, que, por sua vez, diz ao pai de Joana que iria matá-lo.

Não obstante o entrevero, o referido casal decide alugar um apartamento para morarem juntos. Ocorre que, menos de um mês morando sob o mesmo teto, o casal rompe, tendo ele retirado-se do imóvel.

Por não suportar o valor locatício do imóvel, Joana tem uma idéia: fazer do próprio corpo, em sua própria casa, o meio do seu sustento.

Quais os crimes praticados pelas pessoas envolvidas? Justifique.

4. Rômulo Silva entra visivelmente bêbado em um bar do Centro do Rio de Janeiro e pede uma garrafa de aguardente de cana. O garçom, por sua vez, serve-lhe apenas uma dose.

O cliente, bastante furioso, toma, em um só gole, todo o conteúdo do recipiente e arremessa o referido copo na cabeça do garçom, causando-lhe lesões leves.

Qual, justificadamente, a adequação penal das condutas acima descritas?

5. Guilherme Portal, com o fim de obter para si vultosa soma em dinheiro, seqüestra Roberta Roque, filha de rico empresário do ramo da

construção civil.

Ao manter contato com a família da vítima, Guilherme exige o pagamento de dois milhões de reais, como condição para libertar a garota do cativo.

No entanto, o seqüestrador não chega a receber a referida quantia, tendo em conta que a polícia descobre o local do cativo e liberta a aludida jovem, procedendo, ainda, à prisão de Guilherme.

Qual o crime praticado por Guilherme? Justifique.

6. Maria é contratada como governanta pela Sra. Josefina. Após a referida contratação, a Sra. Josefina viaja com seu marido, deixando seus três filhos, todos com menos de quatro anos de idade, sob a guarda da referida governanta.

Na primeira oportunidade, Maria furta a citada residência e abandona as referidas crianças, deixando-as entregues à própria sorte.

Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s) pela empregada? Justifique.

## Direito Tributário

1. Ana Rita de Souza, viúva e meeira de João Antônio de Souza, falecido sem deixar testamento, requereu a abertura de inventário, tendo em vista a existência de bens a partilhar. Ana Rita de Souza foi nomeada inventariante. São únicos herdeiros os filhos Júlio, Maria, Antônia e Henrique, o último menor.

Júlio renunciou à herança. A renúncia foi tomada por termo.

No esboço de partilha, o quinhão que caberia a Júlio, em razão da renúncia pura e simples, foi partilhado igualmente entre os herdeiros remanescentes. Os bens que integram o monte foram avaliados em R\$ 240.000,00. Do esboço constou que a partilha será feita da seguinte forma:

- a) a viúva receberá bens no valor de R\$ 120.000,00, em pagamento da sua meação;
- b) a herdeira Maria receberá, em pagamento da sua legítima, bens no valor de R\$ 40.000,00;
- c) a herdeira Antônia receberá, em pagamento da sua legítima, bens no valor de R\$ 40.000,00;
- d) o herdeiro Henrique receberá, em pagamento da sua legítima, bens no valor de R\$ 40.000,00.

O Contador Judicial, apresentou cálculo do Imposto sobre a transmissão causa mortis. O imposto foi calculado sobre o valor dos bens que compõem o quinhão atribuído a cada herdeiro filho (Maria, Antônia e Henrique).

A Fazenda Pública Estadual, ao manifestar se no processo, requereu a inclusão do imposto relativo:

- aos bens que compõem a meação da viúva;

- à doação, de bens no valor de R\$ 30.000,00, correspondente ao quinhão que caberia a Júlio, uma vez que ao renunciar à herança, Júlio tacitamente doou o seu quinhão aos seus irmãos Maria, Antônia e Henrique.

O pedido foi acolhido pelo Juiz, que determinou a elaboração de nova conta, incluindo o cálculo do imposto sobre os bens da meação e o relativo à doação, na forma requerida pela Fazenda Pública.

Dessa decisão, LUCIO AUGUSTO DA COSTA, advogado que funciona no inventário, representando a inventariante e meeira e os herdeiros Henrique, Maria e Antônia, só tomou conhecimento no dia 08/02/98, quando da intimação para falar sobre a nova conta.

A nova conta manteve o imposto sobre transmissão *causa mortis* relativa aos quinhões atribuídos aos herdeiros Maria, Antonia e Henrique. Além disso, cumprindo a determinação do Juiz, o Contador incluiu o imposto sobre meação da viúva e o imposto sobre doação, relativo ao quinhão que caberia ao herdeiro Júlio, atribuído igualmente aos seus irmãos.

Na qualidade de advogado manifeste se, fundamentadamente, sobre a nova conta, através da peça judicial adequada e compatível (simples petição OU recurso) com a posição adotada na solução da questão de direito material.

2. Uma pessoa física importou do exterior uma aeronave para uso próprio. Ao fazer o desembaraço aduaneiro, a autoridade alfandegária exigiu a apresentação do comprovante do pagamento do ICMS.

Está correta a exigência?

3. O Município de Alegre executou obras de asfaltamento das ruas do Bairro de Nova Olinda. Os proprietários dos imóveis situados nas ruas beneficiadas pela obra receberam notificação do lançamento da Taxa de Asfaltamento, instituída por Lei Municipal.

Está correta a exigência?

4. O Diário Oficial do Município X publicou, no Diário Oficial de 3 de janeiro de 1998, Lei que aprovou nova planta de valores para lançamento do IPTU.

Pergunta se: no lançamento do imposto relativo ao exercício de 1998, a ser efetuado entre 15 e 31 de janeiro, poderá o Município adotar a nova planta de valores?

5. O sócio gerente de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada em funcionamento, que deixou de pagar o imposto de renda apurado na declaração anual, apresentada no prazo estabelecido pela Secretaria da Receita Federal, pode ser responsabilizado pessoalmente pelo imposto devido pela sociedade?

6. Uma empresa, que exerce atividade industrial, durante o certo período pagou o IPI, incidente sobre mercadorias por ela produzidas, com base em alíquota superior à efetivamente devida. Poderá essa empresa pedir a restituição do quantum recolhido indevidamente?

*TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS.*

## Direito Civil

1. Sheila e Alberto compraram a Oswaldo uma casa de campo em Teresópolis, cujo preço foi avençado em R\$ 20.000,00, pagos da seguinte forma: R\$ 10.000,00 em moeda corrente no ato da assinatura da escritura de compra e venda e o saldo dividido em dez parcelas iguais de R\$ 1.000,00, representadas por igual número de notas promissórias emitidas em caráter *pro-soluto*, ficando acertado ainda que Oswaldo entregaria o imóvel sessenta dias após aquele ato (assinatura da escritura). Ocorre que, no dia assinalado para a entrega do imóvel, Oswaldo recusou-se

peremptoriamente a fazê-lo, sob a alegação de que Alberto e Sheila encontravam-se em atraso com o pagamento da primeira nota promissória, avisando, outrossim, que só entregaria o imóvel quando do pagamento da última promissória, sob pena de desfazer o negócio. Procurado como advogado(a) pelo casal adquirente, para propor a ação cabível, faça a inicial atento ao que dispõe o art. 282 e seguintes do CPC.

Ao redigir a petição, elabore uma breve exposição sobre a juridicidade da atitude tomada por Oswaldo.

2. Luiz adquiriu um automóvel zero km e o segurou pelo valor constante da nota fiscal, tendo pago o prêmio regularmente. Três meses após a compra o carro foi furtado. A seguradora agora só quer indenizá-lo pelo valor de mercado e não pelo valor atribuído ao bem na época do contrato. Luiz lhe procura para que, como seu advogado, afirme quem tem razão.

Responda fundamentadamente.

3. Respondendo a um anúncio no jornal, Renato telefonou ao corretor de imóveis ali indicado, interessado na aquisição do apartamento. No dia marcado para a lavratura da escritura, o alienante, Marcos, se fez representar por um mandatário com poderes específicos constantes de procuração lavrada por instrumento público. Apresentadas as certidões de estilo, todas negativas, foi lavrada a escritura de compra e venda e o preço pago. A escritura foi levada a registro e, seis meses mais tarde, Marcos foi interditado por sentença devidamente registrada, como sendo portador de oligofrenia desde a infância. O Ministério Público, então, propôs ação ordinária buscando anular a venda do apartamento. Como você promoveria a defesa de Renato?

4. Bernardo, de 21 anos e habilitado a dirigir, emprestou a Pedro, de 19 anos e também habilitado, um automóvel de sua propriedade. Pedro culposamente atropelou Inácio. A vítima propôs ação de indenização contra Bernardo e contra Paulo, pai de Pedro. Como os defenderia?

5. Maria, irmã de Márcia e de Mônica, teve de seu casamento com Pedro dois filhos, Cláudio e Renata, ambos falecidos em 1995. Cláudio deixou dois filhos, Cezar e Carlos, e Renata deixou três, Roberta, Rômulo e Ronaldo. Em 1997, quando já estava separada judicialmente de seu marido, Maria faleceu deixando um apartamento no Leblon, que havia adquirido em 1996. Seus familiares agora querem saber a quem toca tal bem e em que proporção. Como seu advogado, responda fundamentadamente.

6. Em garantia de dívida contraída com o Banco A, Cláudio lhe alienou fiduciariamente um automóvel. Como não tivesse pago nenhuma das prestações ajustadas, o credor lhe moveu ação de busca e apreensão. O oficial de justiça certificou que não havia apreendido o veículo porque este havia sido furtado dias antes, tudo segundo Boletim de registro de ocorrência policial. O Banco requereu a conversão do feito em ação de depósito e a prisão do Réu. Como advogado de Cláudio o que alegaria para evitar a prisão?

## Direito Comercial

1. Redigir parecer sobre a possibilidade de ser impetrada Concordata Suspensiva pela Empresa Donato Pontes & Cia Ltda, cuja falência fora decretada, tendo sido junto ao processo o relatório do síndico, a que se refere o art. 63, inciso XIX da Lei de Falência. No parecer, o candidato deverá conceituar a concordata, fazer a proposta de pagamento cabível na concordata suspensiva, referir-se à natureza do crédito abrangido pela concordata e aludir às condições legais para sua concessão.

O candidato, se o preferir, poderá substituir o parecer por petição, requerendo a concordata suspensiva, justificando-a pormenorizadamente.

2. Donato Pontes & Cia requereu uma execução para cobrança de Nota Promissória, em face de Mateus, como emitente e Mozart como avalista.

Mateus ofereceu embargos, alegando falsidade de sua assinatura, não tendo pois emitido o título. Realizado o exame grafotécnico, resultou comprovada a falsidade. Mozart, avalista, requereu a absolvição de instância, argüindo que, sendo nula, por falsidade a emissão, insubsistente seria o aval. Procede a alegação de Mozart? Por quê?

3. Qual o percentual mínimo que o concordatário pode oferecer aos seus credores quirografários, quando o prazo proposto para pagamento for de 15 meses?

4. Dar exemplo de um título de crédito que não possui o atributo da abstração, explicando as razões do exemplo.

5. Entre as modificações sociais, dizer em qual delas ocorre a transferência de parte do patrimônio de uma sociedade para outra já existente ou criada especialmente para isso.

6. Entre as modificações sociais, dizer em qual delas ocorre a transferência de parte do patrimônio de uma sociedade para outra já existente ou criada especialmente para isso.

## Direito Administrativo

1. Elabore um parecer em resposta à questão abaixo, assinando-o como MANOEL DA SILVA, para que a prova não seja identificada:

Prefeito Municipal baixa decreto declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação a ser promovida pela Superintendência de Desportos, autarquia do Município, imóvel de propriedade de uma seita religiosa que o principal clube da cidade utiliza, mediante contrato de locação que a locadora notificou não pretender renovar, como campo esportivo para realização de jogos de inclusão obrigatória no calendário oficial adotado pela Federação de Futebol do Estado.

Não dispondo o Município de um estádio de futebol ou de qualquer outra praça de esportes, o Prefeito expediu o aludido decreto em acolhida de moção aprovada pela Câmara de Vereadores, diante de memorial assinado por grande número de Municípios vizinhos, propondo que a medida fosse adotada de modo a impedir a desclassificação do clube e a sua eliminação da federação, por não dispor o Município de estádio, o que acarretaria prejuízo no interesse da comunidade.

A seu juízo, seria procedente ação anulatória proposta pela proprietária do imóvel, alegando nulidade do ato declaratório em causa?

2. A seção popular é garantia jurisdicional da legalidade e da moralidade da Administração Pública: o autor popular pode ser condenado em ônus de sucumbência?

3. De acordo com o art. 37, § 4º da Constituição, a improbidade administrativa pode acarretar perda de cargo público. Quem não detenha qualidade de servidor público pode incorrer em improbidade administrativa?

4. Cliente seu, proprietário de um terreno urbano não edificado, em rua na qual não se encontram outros em situação idêntica, e que já sofre, há dois anos e em virtude dessa circunstância, progressividade do valor do IPTU, recebe notificação do Departamento de Urbanização da Prefeitura Municipal para levantar edificação no terreno em prazo que lhe é fixado. Procura-o então, para consultá-lo sobre se pode ser compelido a edificar no terreno que pretendia manter como reserva de valor. O que você lhe responderia?

5. Servidor público que participou de movimento grevista teve descontado de seus vencimentos o correspondente aos 20 (vinte) dias de paralisação e questiona se tal poderia ter ocorrido quando a Constituição assegura expressamente seu direito de greve. Que esclarecimento você lhe prestaria?

6. Tendo participado de uma licitação, na qual foi vitorioso, seu cliente vê frustrada sua expectativa de adjudicação em seu favor do respectivo objeto, dado que a Administração decidiu, antes de determinar a tomalização de qualquer ajuste e motivado o ato, pela revogação da licitação. Pergunta-lhe o cliente se a Administração poderia, legalmente, assim proceder. Como você lhe responderia?

## Direito Trabalhista

1. A empresa "A", empregadora de Carlos Silva, detentor de estabilidade provisória, na condição de dirigente sindical há cerca de um ano, não está liberado da respectiva jornada de trabalho. Apesar disso, porém, vem faltando ao trabalho e chegando atrasado ao serviço, costumeiramente, tendo sido advertido, por escrito, por 3 vezes e suspenso do trabalho por 4 vezes.

Apesar das advertências e suspensões acima referidas, o empregado continua reincidindo no cometimento de tais faltas, isto é, chegar atrasado e faltar ao serviço, cada vez de forma mais acentuada.

A empresa "A", formula consulta ao escritório de advocacia de Pereira, Silva - Advogados Associados, dizendo que gostaria de proceder a demissão do aludido empregado, por culpa deste em virtude do cometimento das aludidas faltas e atrasos.

Em face da consulta supra, você, que integra o mencionado escritório de advocacia, é designado para o caso. Assim, dê parecer abordando a questão, nos seus vários aspectos, no sentido de ser ou não possível a pretendida demissão do empregado faltoso, por culpa exclusiva deste, orientando a consultante, ainda, se o parecer for no sentido da possibilidade da demissão do empregado, como proceder a empresa "A", a fim de efetivar dita demissão.

2. Antonia, empregada de Alves & Cia., com mais de um ano de emprego, é despedida sem justa causa. Dois meses após, Antonia vem a ser informada por seu médico, que está grávida, ou melhor, que já estava grávida quando foi despedida. Tem ela, por esse fato, independente de qualquer outro, algum direito a pleitear do ex-empregador? Fundamentar a resposta.

3. José, motorista da empresa Transportes Oliveira, goza, ordinariamente, nos termos da lei, de um descanso semanal de 24 horas consecutivas. Há escala de revezamento, e, às vezes, em face dessa escala, José folga em dia de semana e trabalha no Domingo. Quando tal ocorre, deve José receber o salário do Domingo trabalhado, em dobro? Fundamentar a resposta.

4. Francisco, empregado de uma casa comercial, na função de balconista, às vezes, por absoluta necessidade do serviço, trabalha além do horário normal. Existem dias em que Francisco trabalha uma hora suplementar, outros duas e outros existem em que o labor ultrapassa duas horas. Pergunta-se: essas horas extraordinárias incorporam-se, para algum efeito, ao salário de Francisco? Fundamentar a resposta.

5. Como se sabe, é direito do trabalhador que a duração do trabalho normal não seja superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais. Muitas empresas não funcionam aos sábados e aos domingos. Assim, de 2ª a 6ª feira, os empregados dessas empresas trabalhariam, apenas, 40 horas. É possível compensar-se essas 4 horas faltantes, distribuindo-as pelos 5 dias da semana em que há labor? Essa compensação é válida, ainda que o trabalho normal diário ultrapasse as 8 horas? Fundamentar a resposta.

6. Reclamação trabalhista, tendo por objeto pedidos que são inferiores a dois salários mínimos é julgada improcedente, porque a Junta considerou improvas as alegações do reclamante, embora este tivesse requerido a produção de prova testemunhal com aquela finalidade. É cabível algum recurso dessa decisão? Fundamentar a resposta.